

Regiões Metropolitanas E População No Paraná: Uma Contribuição Neo-Institucionalista Ao Debate¹

Metropolitan regions and population in Paraná State: a contribution to the neo-institutionalist discussion

Cláudia Siqueira Baltar²

Resumo: Este estudo faz parte do projeto Observatório das Migrações (NEPO) – UNICAMP. Tem como foco a análise das inter-relações migratórias entre o estado de São Paulo e o Norte paranaense, a partir do estudo das regiões metropolitanas paranaenses, com ênfase na região de Londrina. A análise compara o perfil sócio-demográfico de cada região, o grau de urbanização, a diversidade produtiva, o impacto nas atividades econômicas do estado com o objetivo de rediscutir os limites do conceito de região metropolitana fundamentado nos marcos jurídicos da década de 70. O estudo visa, desta maneira, contribuir com o debate sobre a institucionalização e gestão das regiões metropolitanas brasileiras, mostrando como a heterogeneidade das Regiões Metropolitanas Paranaenses oferecem uma nova perspectiva para se pensar a questão metropolitana e o desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: Migração; Região Metropolitana; Desenvolvimento Regional.

Abstract: This study is part of the project “Observatório das Migrações (NEPO) – UNICAMP”. It focuses on the analysis of the interrelationships between migration in São Paulo state and northern Paraná. The analysis is based on the study of metropolitan areas in Paraná, with an emphasis in the region of Londrina. The analysis compares the following characteristics for each metropolitan region: the socio-demographic profile, the degree of urbanization, the productive diversity and the impact on economic activities of the Paraná state. The study aims to revisit the boundaries of the metropolitan area concept, as it has been legally established on 70's. The study intends, thus contributing to the debate on the institutionalization and management of Brazilian metropolitan areas, showing how the heterogeneity of the metropolitan areas of Paraná state offer a new perspective for thinking about the issue metropolitan and regional development.

Key-Words: Migration; Metropolitan Area; Regional Development.

Introdução

Este estudo faz parte do projeto de pesquisa Observatório das Migrações, em curso no Núcleo de Estudos de População (NEPO) – UNICAMP, sob a coordenação da Profa. Dra. Rosana Baeninger. Ele inaugura uma vertente de pesquisa prevista neste projeto, cujo objetivo volta-se para o conhecimento e entendimento das interrelações migratórias entre o estado de São Paulo e o Norte paranaense.

Assim, como um primeiro trabalho neste contexto de pesquisa, este texto foi construído de forma a atender dois objetivos: em primeiro lugar, a partir da análise das regiões metropolitanas paranaenses, apontar elementos para uma ampliação do debate sobre a institucionalização e gestão das regiões metropolitanas brasileiras e, como decorrência disso, busca-se favorecer uma primeira aproximação à realidade metropolitana paranaense, mais especificamente da região de Londrina, constituindo-se, com isso, o segundo objetivo do presente estudo.

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Pesquisadora do Projeto Observatório das Migrações – NEPO/UNICAMP e Colaborador externa no CCH/UEL. E-mail: baltar@uel.br

O ponto de partida para a análise empreendida aqui constitui-se numa contraposição aos estudos que privilegiam um conceito limitado de “região metropolitana”, cuja definição contemplaria as regiões metropolitanas instituídas, na década de 1970, deixando de fora a maioria das regiões metropolitanas instituídas posteriormente, sob legislação estadual.

Dentre estes estudos, aqueles empreendidos em Moura et al. (2006a), Moura et al. (2003) e IPEA (2001) são os selecionados para desenvolver as reflexões a respeito de tema no presente trabalho.

De forma geral, estes estudos realizam uma classificação e hierarquização dos diferentes sistemas urbanos brasileiros, nas quais a categoria “região metropolitana” acaba se referindo exclusivamente àquelas redes de municípios que motivaram a institucionalização das regiões metropolitanas, na década de 70 – ou seja, as redes formadas por algumas capitais estaduais e os municípios do seu entorno, entre as quais estão São Paulo, Belo Horizonte Curitiba e Porto Alegre.

Em contrapartida, uma diversidade de rede de municípios localizada no interior dos diferentes estados, incluindo as regiões metropolitanas interioranas oficializadas, acabam sendo distribuídas numa classificação que inclui categorias como aglomerações urbanas não-metropolitanas, centros regionais e centros sub-regionais.

A razão da elaboração de tal classificação reside na constatação, por um lado, de uma diversidade entre as redes de municípios em termos de densidade e circulação populacionais, densidade e circulação de capitais, do predomínio de atividades urbanas (indústria, comércio e serviços) e, por outro, da existência de problemas urbanos comuns aos municípios e que extrapolam as fronteiras administrativas, o que justificaria a uma ação conjunta na busca de soluções.

É como se fosse estabelecido um gradiente de complexidade de situações e problemas urbanos, que caminharía do mais complexo para o menos complexo, no qual fosse estabelecida a posição das diferentes redes de municípios do país, sendo que quanto mais próximo do nível alto de complexidade encontra-se uma rede de municípios, mais merecedora essa rede é de ser classificada como uma realidade metropolitana. No sentido oposto, quanto mais posicionado em níveis baixos de complexidade, menos essa rede de municípios merecerá ser identificada como um espaço metropolitano.

Reconhece-se a importância desse tipo de estudos, pois a partir deles é possível identificar e classificar os diferentes tipos de rede de municípios no país e com isso subsidiar novos esforços no sentido de enriquecer essa mesma classificação urbana. O ponto do qual se diverge reside na utilização desses estudos para negar o status de “metropolitano” a uma parcela significativa de rede de municípios.

Embora a noção de “região metropolitana” tenha surgido durante os anos 70, referindo-se a uma realidade caracterizada, por um lado, por um elevado crescimento populacional nos grandes centros urbanos, um processo de urbanização precário, um agravamento das condições de vida das populações residentes nas cidades e, por outro lado, pela valorização das funções e atividades urbanas, ela não pode, hoje em dia, continuar referindo-se somente a essas características, pois, com isso, deixa-se de considerar aspectos importantes da realidade, no contexto atual.

É nesse ponto da reflexão que se decidiu pela inserção de uma perspectiva neo-institucionalista como uma contribuição ao debate a respeito do processo de institucionalização e da gestão das regiões metropolitanas.

Neste sentido, destaca-se a importância da análise empreendida em Siqueira (2009) no sentido de relacionar processos político-institucionais, populacionais e urbanos numa perspectiva analítica que alia o neo-institucionalismo histórico e as teorias explicativas da demografia. Este trabalho, em alguns aspectos, representa uma continuação e desdobramento das reflexões iniciadas naquele momento.

Assim, o que se pretende acrescentar com este estudo é a consideração de que decisões político-institucionais tomadas em determinados contextos podem influenciar processos populacionais, urbanos e econômicos. Isso não significa dizer que a dimensão político-institucional substitua outras dimensões explicativas de processos em curso na sociedade. Pelo contrário. Constitui-se em mais uma dimensão que deve ser levada em conta na compreensão de fenômenos demográficos.

Considera-se que o que está sendo deixado de fora das reflexões sobre a institucionalização e gestão de regiões metropolitanas é o fato de que, embora tenham sido previstas outras formas de organização regional, como a “aglomeração urbana” ou a “microrregião”, tanto na Constituição Federal de 1988 como na Constituição do Estado do Paraná, somente a forma metropolitana foi regulamentada por legislação estadual.

Assim, quando os municípios buscam formas de oficializar sua integração regional, é mais provável eles optarem por um formato sobre o qual já possuem um conhecimento sobre sua existência e funcionamento e o que não se pode negar é que o formato de “região metropolitana” é o único com acúmulo de conhecimento suficiente, no mínimo desde a década de 1970, sobre o qual se pode tomar algum tipo de decisão.

Além disso, não se deve continuar mantendo como parâmetros para a definição de uma região metropolitana os fenômenos que animaram a sua institucionalização nos anos 70, uma vez que não se pode esperar que aqueles fenômenos se repitam em momentos e em lugares diferentes.

O texto está estruturado de forma a apresentar na primeira parte uma análise das regiões metropolitanas paranaenses com objetivo de mostrar que elas representam uma heterogeneidade no conceito de “metropolitano”, fornecendo novos elementos para se pensar a questão metropolitana, entre elas a importância das atividades agropecuárias e agroindustriais na configuração desses espaços – o que estava ausente na definição original de região metropolitana.

Na segunda parte, será apresentada a análise de alguns aspectos do desenvolvimento econômico, da dinâmica demográfica e da dinâmica urbana da região metropolitana de Londrina, com o objetivo de destacar que uma redefinição da noção de região metropolitana deve-se levar em conta que o dinamismo econômico e o dinamismo demográfico são considerados em diferentes escalas e que uma vez instituída uma região metropolitana, essa existência institucional passa a influenciar processos populacionais, urbanos e econômicos.

2 Heterogeneidade de um conceito: As Regiões Metropolitanas Paranaenses

O Estado do Paraná possui três regiões metropolitanas, instituídas em momentos diferentes e, portanto, em diferentes contextos políticos e sociais: a Região

Metropolitana de Curitiba (RMC), a Região Metropolitana de Londrina (RML) e a Região Metropolitana de Maringá (RMM)³.

Assim se, por um lado, tem-se a criação da região metropolitana de Curitiba, na década de 1970, através da Lei Complementar 14/1973⁴, num contexto, segundo Moura et al. (2006), de importante processo de concentração populacional, atividades e renda nas áreas de influência das capitais dos Estados, por outro, as regiões metropolitanas de Londrina e Maringá⁵ foram criadas através de legislação estadual, na década de 1990 – momento em que, de acordo com o mesmo estudo, foi inaugurado um processo de surgimento de diversas associações supramunicipais, com o objetivo de buscar soluções de problemas urbanos que extrapolam as fronteiras dos municípios⁶.

De acordo com o mapa 1, as três regiões metropolitanas paranaenses situam-se em duas mesorregiões bastante diversas, tanto em termos populacionais e do histórico de ocupação territorial, quanto em termos de atividades econômicas (IPARDES, 2004)⁷.

Nesse sentido, destaca-se que a Região Metropolitana de Curitiba localiza-se na mesorregião Metropolitana, que corresponde à porção de ocupação mais antiga do território paranaense, nela situando-se os municípios mais antigos do estado (Paranaguá, criado em 1648, e Curitiba, criado em 1693), a partir dos quais se originaram os demais municípios da mesorregião. Além disso, a mesorregião Metropolitana, a partir da década de 1970, passou a concentrar crescentemente a população e as atividades industriais do estado (IPARDES, 2004).

Já as Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá localizam-se na mesorregião Norte Central, cuja ocupação territorial está associada à colonização empreendida pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a partir da década de 1920, baseada na venda de terras através de pequenos lotes agrícolas para a expansão da cultura cafeeira, proveniente do extremo oeste do estado de São Paulo (BALHANA et al., 1969).

³De acordo com levantamento feito na legislação da Assembleia Legislativa do Paraná, no período de 2000 a 2011, foram encaminhados 20 projetos de lei complementar visando a criação de novas regiões metropolitanas em diversas regiões do estado, sendo que todos foram arquivados, sem resultar na criação de nenhuma outra região metropolitana (disponível em: http://www.alep.pr.gov.br/atividade_parlamentar/pesquisa_legislativa; acessado em:17/08/2011). Para uma discussão sobre o tema ver MOURA et al., 2006a.

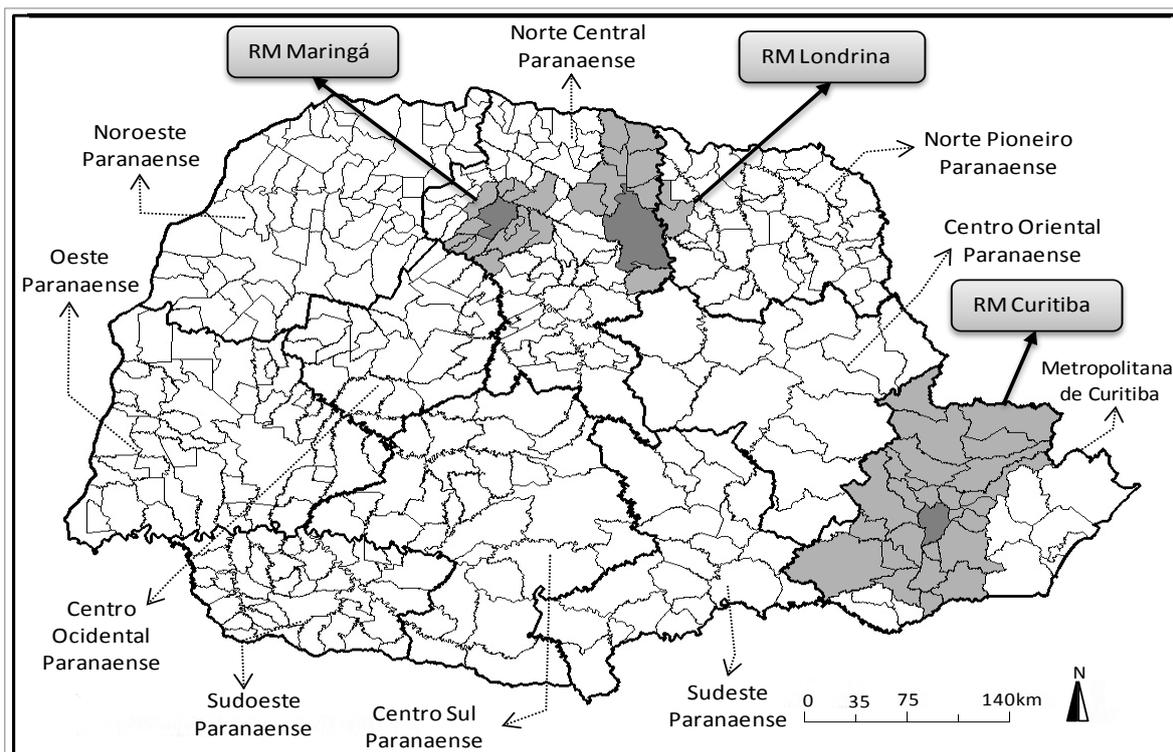
⁴Através dessa lei foram criadas também as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Belém e Fortaleza.

⁵A região metropolitana de Londrina foi criada através da Lei Complementar Estadual 81/1998 e a região metropolitana de Maringá, através da Lei Complementar Estadual 83/1998.

⁶Neste artigo, os autores dividem o processo de instituição das regiões metropolitanas, no Brasil, em três fases: a primeira fase corresponderia à década de 1970, quando a União instituiu as regiões metropolitanas junto às capitais de alguns Estados da federação; a segunda fase se iniciaria com a Constituição de 1988, quando é facultada aos Estados a competência para criação de regiões metropolitanas, e a terceira fase corresponderia à instituição das regiões metropolitanas ao longo da década de 1990. Para maiores detalhes, ver MOURA et al., 2006, pg.130-132.

⁷Nas publicações do IPARDES, há uma série de estudos que destacam a diversidade socioeconômica, demográfica e de forma de ocupação territorial entre as mesorregiões que compõem o estado do Paraná. Nesse sentido, ver IPARDES, 2005; IPARDES, 2006; MOURA et al., 2006b.

Mapa 1 - Regiões Metropolitanas Paranaenses, Estado do Paraná, por Mesorregiões



Fonte: Elaborado a partir da base cartográfica do IBGE.

Essa forma de colonização garantiu à mesorregião Norte Central distinguir-se pelo pioneirismo em termos de ocupação populacional e pelo estabelecimento de atividades produtivas dinâmicas em áreas de expansão de fronteira. Com isso, essa mesorregião liderou até os primeiros anos da década de 1970 o crescimento da economia paranaense, constituindo-se, no início da década, na mesorregião mais populosa do estado, principalmente a rural, concentrando quase $\frac{1}{4}$ da população estadual (IPARDES, 2004, pg.16).

Trata-se do que Martine e Camargo (1984) denominaram por “área de fronteira consolidada”. Ou seja, segundo esses autores, o Paraná está entre aqueles estados que experimentaram, a partir das décadas de 1940 e 1950, uma expansão acelerada de sua população rural e de sua produção agrícola⁸, mantendo-se num ritmo crescente até a década de 1970, quando, com a modernização agrícola, o Norte Central passa a registrar decréscimos significativos da sua população agrícola.

Para complementar esse panorama, em seu estudo sobre as migrações intra-regionais do Paraná, nas décadas de 1970 a 1990, Magalhães (2003) destaca, primeiramente, o impacto que a modernização da agricultura e o surto industrial causaram na população paranaense, ao longo da década de 1970.

Nesse sentido, a autora destaca três processos simultâneos de redistribuição da população no espaço: 1) as saídas de população do meio rural para o urbano contribuíram para o crescimento da urbanização em todo o território paranaense; 2) o processo migratório privilegiou o crescimento do número de centros urbanos maiores (com mais de 50 mil habitantes); 3) uma concentração espacial da urbanização, a partir da formação de eixos de aglomeração urbana em pontos

⁸Além do Paraná, destacam-se também como “área de fronteira consolidada” os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão (MARTINE e CAMARGO, 1984, pg.139).

específicos do território – esses eixos são representados por Londrina e Maringá (no Norte Central); por Cascavel, Toledo e Foz de Iguaçu (Oeste paranaense) e pela Região Metropolitana de Curitiba que, nesse momento, passa por um crescimento populacional extraordinário, recebendo fluxos de migrantes de todas as regiões do estado.

Na década de 1980, por sua vez, Magalhães (2003) destaca a continuidade dos processos iniciados na década anterior, como o esvaziamento das áreas rurais que, agora, engloba novas regiões, e a crescente urbanização em todo o território paranaense.

No contexto inter-estadual, parcelas significativas desse processo de esvaziamento populacional do meio rural, nos anos 70 e 80, dirigiram-se para outras unidades da federação, tendo o estado de São Paulo como o principal destino desses fluxos emigratórios, seguido dos estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Mato Grosso e Santa Catarina. A intensidade da emigração, nessas duas décadas, foi extraordinária, sendo que, segundo a autora, em cada decênio, saíram do Paraná mais de um milhão de pessoas (MAGALHÃES, 2003, p.49).

Já na década de 1990, o Paraná começa a recuperar sua taxa de crescimento populacional, que se manteve bastante baixa nas décadas anteriores. De acordo com o mesmo estudo, dois processos contribuem para essa recuperação populacional: o decréscimo da emigração, ao longo dos anos 90, e os significativos movimentos imigratórios de retorno.

No contexto intra-estadual, observa-se, por um lado, a continuidade da saída da população do meio rural, porém em ritmo bem mais lento e, por outro, o recrudescimento do processo de urbanização e da concentração urbana em eixos de aglomeração urbana já definidos nas décadas anteriores. Essa dinâmica populacional, por sua vez, acompanhou a distribuição das atividades econômicas do estado caracterizada pela concentração da indústria moderna na região metropolitana de Curitiba e pela forte presença da agroindústria, com participação crescente das grandes cooperativas, em diversas regiões do interior paranaense, com destaque para Londrina, Maringá, o Oeste e o Centro-Oriental (MAGALHÃES, 2003).

Esse panorama da dinâmica da população e do desenvolvimento econômico do estado do Paraná, no período recente, foi apresentado para destacar que, tanto a institucionalização da região metropolitana de Curitiba, na década de 1970, como a institucionalização das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, nos anos 90, ocorreu em contextos de importantes mudanças demográficas e de atividade econômica para a configuração do atual perfil do estado.

Argumenta-se que esse é um dos aspectos que as regiões metropolitanas paranaenses possuem em comum. Elas se distinguiriam em outros aspectos: no volume e no conteúdo dos processos envolvidos. Os dados da tabela 1 podem ser utilizados para subsidiar esse argumento.

Nesse sentido, observa-se que, embora as taxas de crescimento anual da população, de um modo geral, tenham decrescido entre os períodos 1991-2000 e 2000-2010, as três regiões metropolitanas paranaenses⁹ apresentaram um crescimento populacional superior ao crescimento estadual, nos dois períodos.

⁹Para levantamento dos dados utilizados em todo esse trabalho, foram considerados todos os municípios que passaram a compor as regiões metropolitanas, até o ano de 2010. Assim, a RM de Curitiba compreende 26 municípios, a RM de Londrina compreende 11 municípios e a RM de Maringá, 25 municípios.

Tabela 1 - População Total, Taxa de crescimento anual (%a.a.) e Participação na população estadual (%), Regiões Metropolitanas – Estado do Paraná - 1991-2010

Regiões Metropolitanas	População Total			Taxa crescimento anual		Participação na População estadual		
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010	1991	2000	2010
Curitiba	2.101.681	2.768.394	3.174.201	3,11	1,38	24,9	28,9	30,4
Londrina	624.623	716.058	801.817	1,53	1,14	7,4	7,5	7,7
Maringá	499.949	591.387	690.303	1,88	1,56	5,9	6,2	6,6
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.444.526	1,39	0,89	-	-	-

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Dados disponibilizados no IPARDES)

Vale destacar que, enquanto a população estadual, nos anos 90, cresceu a uma taxa anual de 1,39%, a região metropolitana de Curitiba cresceu a uma taxa anual mais de duas vezes superior à estadual (3,11%). Por sua vez, no decênio seguinte, é a região metropolitana de Maringá que acaba registrando a maior taxa de crescimento populacional entre as regiões, 1,56%a.a. – 0,7 pontos percentuais acima da média estadual, de 0,89%a.a.

Esse ritmo de crescimento populacional, nas duas últimas décadas, contribuiu para que as regiões metropolitanas aumentassem sua participação no total da população paranaense. Assim, se observa que a RM de Curitiba, que concentrava 25% da população do estado, 1991, passa a concentrar 30%, em 2010. Por sua vez, a RM de Londrina, de 7,4%, em 1991, passa a concentrar 7,7%, em 2010. Por fim, a RM de Maringá sai de 6,0%, em 1991, para 6,6%, em 2010.

Com isso, as regiões metropolitanas do estado do Paraná, que detinham, conjuntamente, 38% da população paranaense, no início dos anos 90, passaram a concentrar 45%, a partir do último censo demográfico realizado no país – o que é indicativo da atratividade populacional dessas áreas que, por sua vez, reflete o dinamismo de suas respectivas atividades econômicas.

No entanto, se as regiões metropolitanas paranaenses convergem na tendência e direção da dinâmica populacional mais geral, elas divergem entre si quanto ao volume de população e quanto ao conteúdo sócio-econômico desses mesmos processos, considerando, de forma contrastante, de um lado, as regiões metropolitanas de Londrina e Maringá e, de outro, a região metropolitana de Curitiba.

Nesse sentido, observa-se que os dados populacionais do censo demográfico de 2010 mostram que a RM de Curitiba passou a concentrar cerca de 30% da população paranaense – montante bem superior à soma da participação na população do estado registrada pelas RM de Londrina e RM de Maringá, que foi de 7,7% e de 6,6%, respectivamente. Esse foi o padrão também apresentado pelas três regiões metropolitanas nos censos demográficos anteriores.

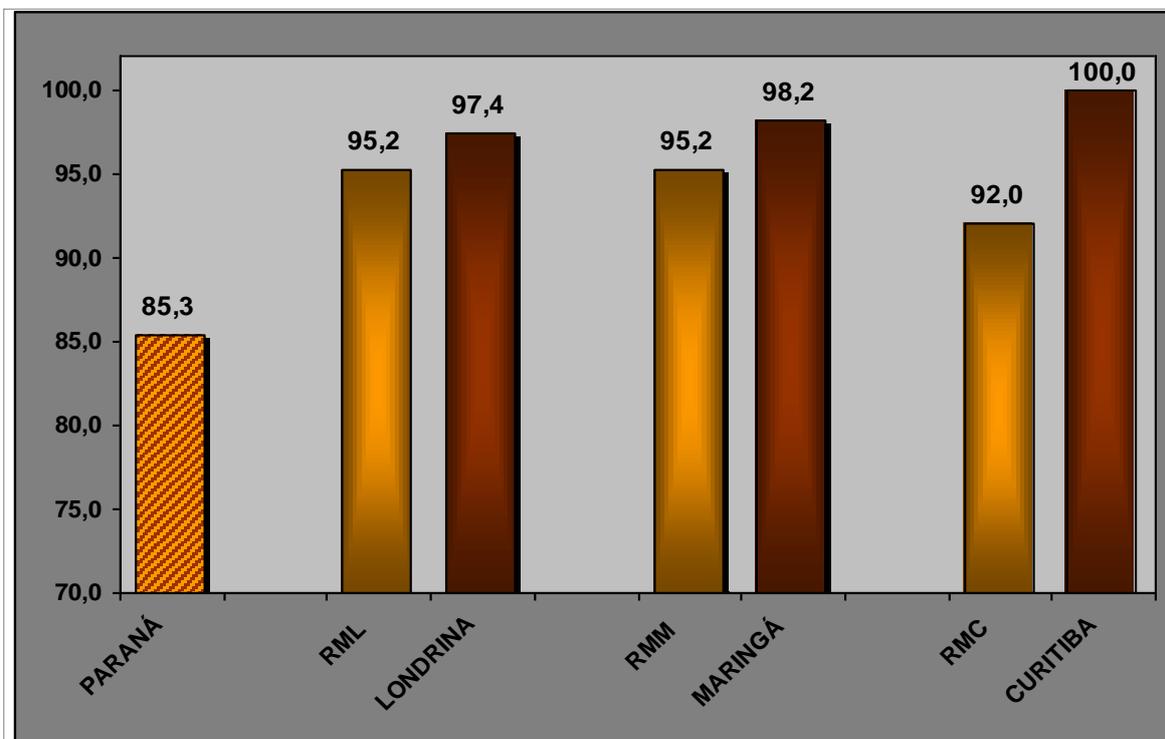
Embora seja grande a diferença entre a região metropolitana da capital do estado e as regiões metropolitanas interioranas, vale destacar que os seus respectivos município-sede são os três municípios paranaenses de maior população, em 2010: 1.751.907 habitantes em Curitiba, 506.701 habitantes em Londrina e 357.077 habitantes em Maringá¹⁰.

Além disso, dando uma continuidade ao avanço no processo de urbanização, iniciado na década de 1970, como consequência do grande êxodo rural que se

¹⁰Dados do censo demográfico de 2010, levantados no site do IPARDES.

intensificava naquele momento no estado, com impacto direto nos centros urbanos médios do Norte Central paranaense, conforme destacado por Magalhães (2003), esses municípios, e sua respectiva região metropolitana, apresentam alto grau de urbanização, em 2010.

Gráfico 1 - Grau de urbanização, Paraná, Regiões Metropolitanas e Municípios-Sede, 2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2010 (Dados disponibilizados no IPARDES)

Conforme o gráfico 1, observa-se que as três regiões metropolitanas apresentam grau de urbanização bastante acima da urbanização do estado, que é de 85%. Nesse sentido, vale destacar o desempenho registrado pelas regiões de Londrina e Maringá, que concentram 95% da sua população em áreas urbanas – acima, inclusive, da RM de Curitiba, cuja população urbana representa 92% do total da população metropolitana.

Considerando os municípios-sede, destaca-se o peso da sua população urbana no âmbito metropolitano. Assim, como áreas com potencial para uma maior densidade populacional e uma diversidade de funções e oferta de serviços, os núcleos metropolitanos¹¹ apresentam a totalidade ou a quase totalidade de sua população – 97% em Londrina, 98% em Maringá e 100% em Curitiba – residindo em áreas urbanas.

¹¹Reconhece-se a importância de estudos voltados para a identificação da heterogeneidade e classificação das regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e outras formas de organização de municípios e cidades, entre os quais se destacam IPEA (2001), Moura et al. (2003) e Moura et al. (2006a), porém não se pretende, nesse momento, aprofundar nesse debate. Em razão disso, optou-se por utilizar o termo “núcleo metropolitano” para se referir ao município-sede, a cidade principal da região, de forma mais operacional, desacompanhada de uma discussão conceitual necessária, mas de difícil realização nos limites desse trabalho.

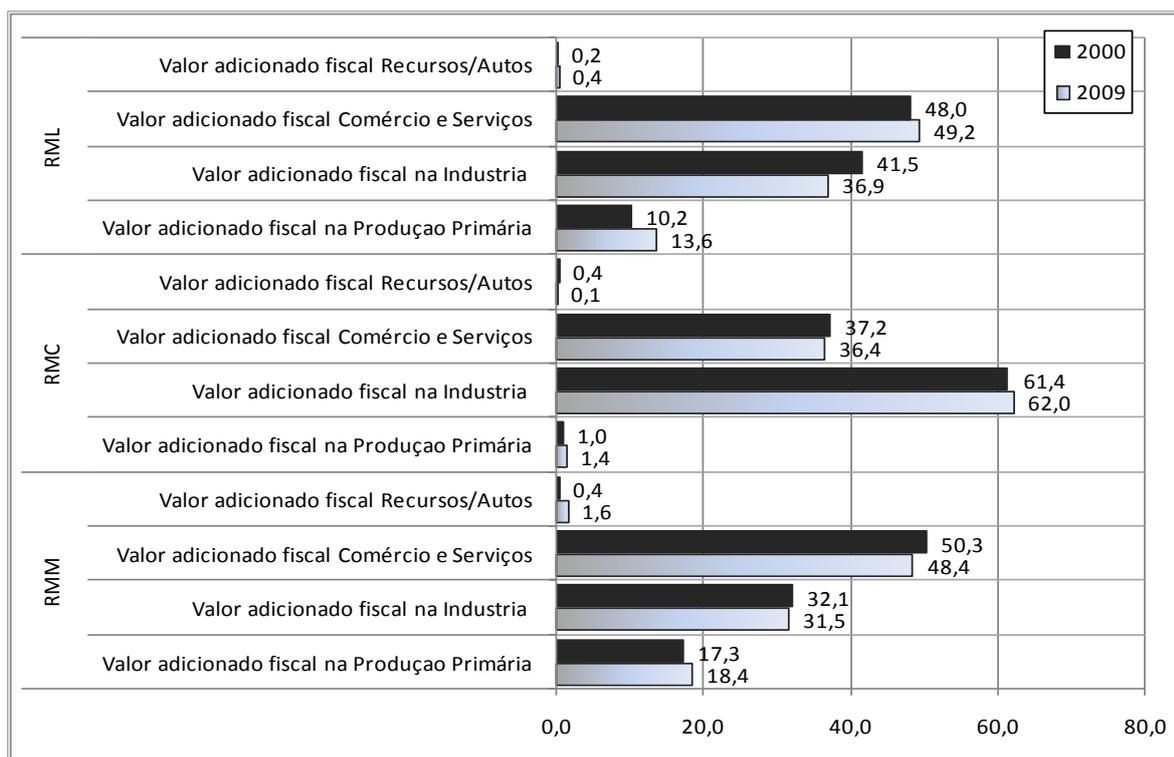
Por sua vez, contrastando os números registrados pelas regiões metropolitanas e seus respectivos núcleos, podemos afirmar que essas áreas são compostas por outros municípios – que formam o “entorno metropolitano” – que apresentam uma diversidade com relação ao grau de urbanização o que, por consequência, pode estar relacionado a uma diversidade no perfil da população e das atividades econômicas desses municípios.

Com isso, destaca-se que a utilização do grau de urbanização como indicador de análise de regiões metropolitanas coloca a necessidade de se considerar os processos – seja de natureza demográfica, econômica ou social – que estão subjacentes a ele.

Nesse sentido, para complementar essa análise das regiões metropolitanas paranaenses serão considerados os dados sobre valor adicionado fiscal por tipo de atividade econômica como um indicador do perfil econômico dessas regiões.

O gráfico 2 ilustra a evolução da participação dos tipos de atividade econômica na composição do valor adicionado total, nas três regiões metropolitanas do estado, nos anos de 2000 e 2009.

Gráfico 2 - Participação do valor adicionado fiscal por tipo de atividade¹² no VA total, Regiões Metropolitanas do Paraná – 2000 e 2009



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA (Dados disponibilizados no IPARDES).

¹²Por definição, no valor adicionado fiscal em recursos/autos, recursos referem-se ao valor proveniente de decisões judiciais incorporadas ao valor adicionado dos municípios; autos referem-se ao valor pago em autos de infração – embora esse tipo de valor adicionado faça parte do valor adicionado total, ele não será considerado na presente análise. Por sua vez, produção primária refere-se às atividades agropecuárias e de extração mineral.

Analisando as informações referentes às regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, observa-se que, tanto em 2000 como em 2009, nas duas regiões, comércio e serviços são as atividades mais importantes, pois são as com maior participação na composição do valor adicionado total, porém, tendo cada RM apresentado um desempenho diferente, nos anos considerados: em Londrina, comércio e serviços aumentaram sua participação, passando de 48,0 para 49,2%, entre 2000 e 2009 e, em Maringá, essas atividades passaram por uma redução na sua participação no valor adicionado total, caindo de 50,3 para 48,4%, no período considerado.

Por sua vez, as atividades industriais reduziram sua participação no valor adicionado total, entre 2000 e 2009, nas regiões metropolitanas interioranas, ficando em 37% em Londrina, e em torno de 31%, em Maringá, no final do período.

Paralelamente, assiste-se à evolução crescente das atividades primárias nas regiões de Londrina e Maringá, indicando a importância que essas atividades, principalmente as agropecuárias assumem nessas áreas.

Assim, embora elas apresentem a menor participação, entre as três atividades principais, em 2009 – 13,6% em Londrina e 18,4% em Maringá – elas apresentaram o maior crescimento na composição do valor adicionado total, entre os anos considerados: enquanto em Londrina, a participação das atividades primárias cresceu cerca de 33%, em Maringá, essa participação cresceu em torno de 6%, entre 2000 e 2009.

Por fim, voltando-se para a região metropolitana de Curitiba, observa-se o crescimento do peso das atividades industriais, correspondendo ao grande peso da indústria moderna do estado alocada nesta região. Além disso, chama a atenção a preponderância desse setor, em detrimento das outras atividades, principalmente a de comércio e serviços que vem perdendo participação no contexto regional.

O que se pretende destacar aqui é que, ao se tratar de qualquer questão – de cunho social, econômico, político ou de gestão – relativa aos espaços metropolitanos do Paraná, deve-se considerar que as diferenças de tamanho populacional entre as regiões metropolitanas favorecerão a ocorrência de conteúdos e significados heterogêneos em processos sociais, econômicos e políticos em curso nessas três regiões.

Isso não significa afirmar que um menor volume populacional implique uma menor complexidade dos processos a serem analisados ou uma menor importância da região metropolitana. Pelo contrário. A diversidade metropolitana presente no Paraná aponta para uma variedade de questões, de diferentes naturezas, que merecem ser bem pautadas numa agenda de investigação sobre o tema.

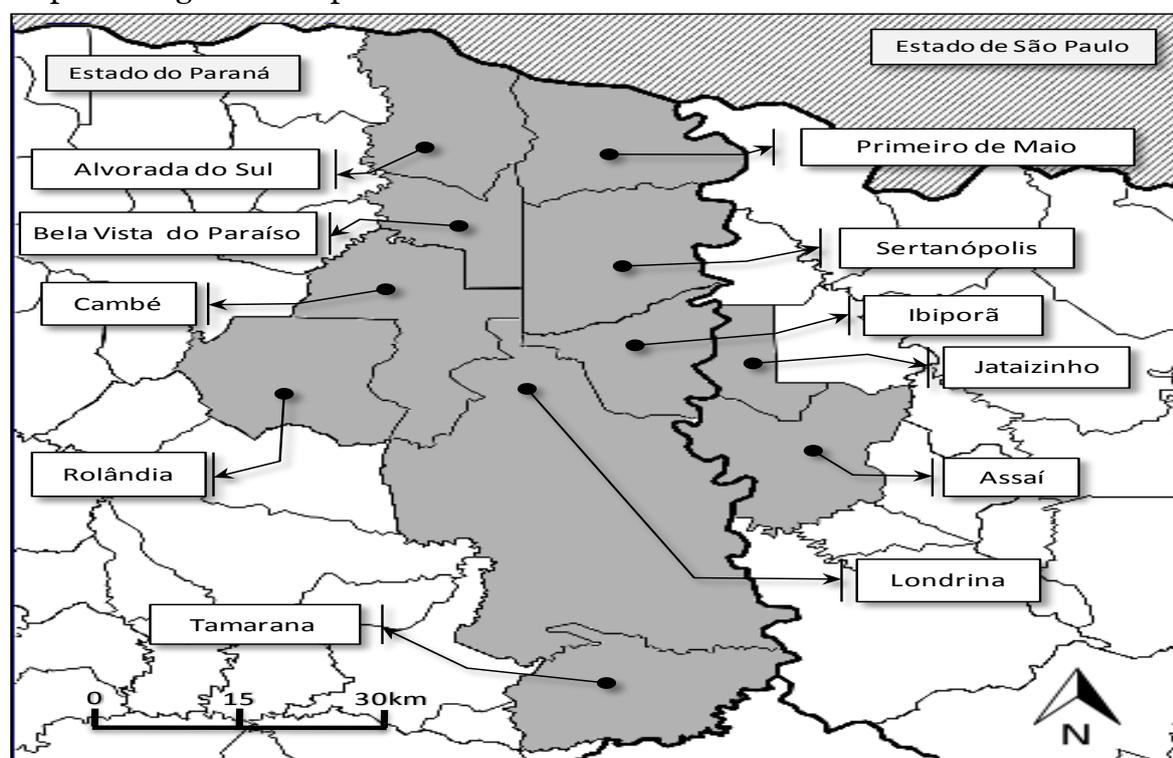
Além disso, no que se refere especificamente ao desenvolvimento econômico do estado, deve-se ter em conta a importância das atividades de agropecuária e agroindústria, presentes em todas as mesorregiões do estado do Paraná. Assim, para pensar as questões relativas às formas de gestão do território, entre elas a metropolitanas, tem que se considerar o perfil rural do Paraná.

3 Uma nova escala metropolitana: o caso da região metropolitana de Londrina

Nesta seção, pretende-se analisar as características específicas da região metropolitana de Londrina (Mapa 2). Embora seja uma região Metropolitana criada por legislação estadual, portanto fora do enquadramento que inicialmente

contemplava a realidade daquelas regiões criadas na década de 1970¹³ por lei federal, suas características populacionais e socioeconômicas permitem discutir, sob uma nova perspectiva, a relevância da questão metropolitana para o desenvolvimento regional.

Mapa 2 - Região Metropolitana de Londrina



Fonte: Elaborado a partir da base cartográfica do IBGE.

Assim, começaremos abordando a dinâmica populacional recente dos municípios que compõem a região metropolitana de Londrina, a partir dos dados contidos na tabela 2.

Primeiramente, o que chama a atenção é a distribuição por porte populacional dos municípios metropolitanos: com o censo demográfico de 2010, observa-se que, dos onze municípios da região, sete possuem população inferior a 20 mil habitantes e três possuem população entre 40 mil e 100 mil habitantes, contrastando com a população de Londrina – a sede metropolitana – que ultrapassou os 500 mil habitantes.

Com isso, a RML caracteriza-se como um espaço metropolitano constituído por municípios de pequeno e médio-baixo portes, situados em torno por um grande município, que possui uma diversidade de funções e serviços, cujo raio de influência extrapola as fronteiras metropolitanas, se estendendo, inclusive, para além das fronteiras estaduais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (IPARDES, 2006; IPARDES, 2004).

¹³Ver discussão feita em Moura et al.(2006a) e Moura et al. (2003).

Tabela 2 - População Total, Taxa de crescimento anual (%a.a.) e Grau de urbanização, Região Metropolitana de Londrina, por municípios - 2000-2010

Municípios	População Total		Tx crescimento (%a.a.)	Grau de urbanização	
	2000	2010	2000-2010	2000	2010
Londrina	447.065	506.701	1,26	96,9	97,4
Cambé	88.186	96.733	0,93	92,9	96,1
Rolândia	49.410	57.862	1,59	90,4	94,6
Ibiporã	42.153	48.198	1,35	92,9	95,2
Assaí	18.045	16.354	-0,98	74,9	83,1
Sertanópolis	15.147	15.638	0,32	83,2	87,7
Bela Vista do Paraíso	15.031	15.079	0,03	92,2	94,1
Tamarana	9.713	12.262	2,36	48,6	47,8
Jataizinho	11.327	11.875	0,47	91,1	93,1
Primeiro de Maio	10.728	10.832	0,10	90,7	93,1
Alvorada do Sul	9.253	10.283	1,06	75,8	71,4
RM LONDRINA	716.058	801.817	1,14	93,7	95,2

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010 (Dados disponibilizados no IPARDES)

Considerando, por sua vez, as taxas de crescimento anual da população, na última década, observa-se que apenas um município registrou decréscimo populacional no período – Assaí, que apresentou uma taxa de crescimento negativa de 0,9%a.a. – enquanto todos os demais municípios cresceram positivamente no entre 2000 e 2010.

Entre esses municípios, destacam-se aqueles que cresceram a uma taxa superior a média regional: por um lado, tem-se três dos maiores municípios da região – Londrina, Rolândia e Ibiporã – os quais formam, juntamente com Cambé, a porção conurbada do espaço metropolitano e concentram as atividades econômicas ligadas à indústria e a serviços e comércio¹⁴.

Por outro lado, destaca-se Tamarana, um dos municípios de pequeno porte da região, que registrou a maior taxa de crescimento populacional no período – 2,4 %a.a. – e ainda registrou uma redução na participação da sua população urbana, passando de 49 para 48%, entre 2000 e 2010, constituindo-se no único município da região metropolitana com população rural superior a 50%.

Os demais municípios metropolitanos apresentam uma grande amplitude no grau de urbanização, nos dois períodos considerados, sendo que no ano de 2010, a urbanização variou entre 71,4%, no município menos urbanizado, e 97,4%, no município mais urbanizado. Ou seja, uma variação de 26 pontos percentuais no nível de urbanização da região, apontando uma diversidade no perfil dos municípios no contexto metropolitano.

Uma outra dimensão da dinâmica demográfica destes municípios pode-se avaliada a partir da consideração dos componentes do crescimento populacional e a taxa líquida de migração.

Assim, com os dados da tabela 3, é possível observar que, no período 2000-2010, a região metropolitana de Londrina apresentou um saldo migratório positivo

¹⁴Conforme dados sobre valor adicionado fiscal da Secretaria Estadual da Fazenda, disponibilizados no site do IPARDES.

de mais de 20 mil pessoas e uma taxa líquida de migração de 27 pessoas por mil habitantes, indicando que mais pessoas chegaram à região e aí permaneceram, até o final do período, do que saíram dela, o que pode ser considerado como um indicador da significativa atratividade da região metropolitana.

Tabela 3 - Componentes do crescimento populacional e Taxa Líquida de Migração ⁽¹⁾ (TLM por mil habitantes), Região Metropolitana de Londrina, por municípios - 2000-2010

Municípios	2000-2010			
	Crescimento absoluto	Crescimento vegetativo	Saldo migratório	TLM (por mil habitantes)
Londrina	59.636	42.490	17.146	36,0
Cambé	8.547	7.796	751	8,1
Rolândia	8.452	4.559	3.893	72,6
Ibiporã	6.045	3.910	2.135	47,3
Assaí	-1.691	1.276	-2.967	-172,5
Sertanópolis	491	1.051	-560	-36,4
Bela Vista Paraíso	48	852	-804	-53,4
Tamarana	2.549	1.333	1.216	110,7
Jataizinho	548	1.030	-482	-41,5
Primeiro de Maio	104	588	-484	-44,9
Alvorada do Sul	1.030	472	558	57,1
RML	85.759	65.357	20.402	26,9

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2010 (Dados disponibilizados no site do IPARDES); Datasus. Estatísticas Vitais (período de 2000-2010).

(1) Taxa líquida de migração é o quociente entre o saldo migratório e a população no meio do período, conforme calculado pela Fundação Seade (www.seade.gov.br)

O saldo migratório foi obtido de forma indireta através da equação: $Pop_{final} = Pop_{inicial} + Crescimento\ vegetativo + Saldo\ migratório$, conforme calculado pela Fundação Seade (www.seade.gov.br)

Voltando o olhar para os componentes do crescimento populacional dos quatro maiores municípios da região metropolitana, observa-se que, enquanto nos municípios de Londrina e Cambé o crescimento vegetativo teve maior participação no crescimento absoluto da população, nos municípios de Rolândia e Ibiporã, a migração desempenhou um papel mais importante no crescimento da população municipal, se aproximando mais do crescimento vegetativo, com destaque para Rolândia, cuja taxa de migração líquida foi de 72,6 por mil – ou seja, de cada mil habitantes do município, 73 habitantes são migrantes.

Em contraste, destacam-se Tamarana e Alvorada do Sul que apresentam um desempenho da migração no crescimento absoluto da população bastante peculiar considerando-se que se tratam de dois municípios de pequeno porte.

Neste sentido, observa-se que, enquanto em Tamarana a migração e o crescimento vegetativo praticamente se equiparam, em Alvorada do Sul, a migração possui uma participação maior no crescimento absoluto da população do que o crescimento vegetativo. Além disso, a taxa líquida de migração desses municípios também corrobora a importância desempenhada pela migração no seu crescimento populacional: assim, de cada mil habitantes em Alvorada do Sul, 57 são migrantes e, em Tamarana, de cada mil habitantes, 111 são migrantes.

Esses últimos números chamam maior atenção quando se considera que Tamarana e Alvorada do Sul são os dois únicos municípios da região metropolitana que registraram aumento da população rural, evidenciado pela redução do grau de urbanização nos dois municípios, entre os anos de 2000 e 2010, conforme os dados da tabela 2, apresentada anteriormente.

Embora haja limitações na apreciação do saldo migratório, obtido através do cálculo indireto, para avaliar o papel desempenhado pela migração no crescimento populacional dos municípios metropolitanos, este saldo dá uma indicação das tendências migratórias, fornecendo subsídios para considerações mais gerais a respeito da dinâmica migratória no período mais recente.

Com isso, pretende-se destacar que os saldos migratórios dos municípios da região metropolitana de Londrina, apresentados acima, apontam para a existência de uma complexidade de situações relativas à redistribuição populacional neste espaço metropolitanos que deverão ser melhor investigadas e qualificadas com estudos complementares, a partir da análise dos dados sobre migração, constantes nos censos demográficos de 2000 e 2010.

Essa complexidade de situações envolvendo a população metropolitana também pode ser captada observando os deslocamentos populacionais diários para outros municípios, com objetivo de trabalho e estudo – a mobilidade pendular –, no contexto intra-regional.

É claro que para uma melhor avaliação do papel desempenhado pela mobilidade pendular na redistribuição e reorganização da população metropolitana seria necessário considerar um segundo ano censitário, para se ter ideia da sua evolução no tempo, e uma análise das características da população que realizam esse deslocamento, para se ter ideia do seu significado no contexto metropolitano.

Porém, para os propósitos deste trabalho, que se constitui numa primeira aproximação à realidade metropolitana em questão, serão considerados somente os dados sobre pendularidade do censo demográfico de 2000, organizados na tabela 4, apresentada abaixo.

A primeira observação relativa a esses dados refere-se ao fato de que, em todos os municípios metropolitanos, do total de pessoas que trabalham ou estudam, uma proporção superior a $\frac{3}{4}$ declarou que realizava essas atividades no próprio município de residência – o que nos permitiria afirmar que, em 2000, pouco tempo após a institucionalização da região metropolitana de Londrina, embora já existente, ainda era bastante tímido o deslocamento diário da população com o objetivo de trabalhar e estudar em outros municípios.

Tabela 4 - População que trabalha ou estuda ⁽¹⁾, segundo município de residência e município de não-residência, Pendularidade intra-regional - Região Metropolitana de Londrina, por municípios - 2000

Municípios	Total de pessoas que trabalham ou estudam	Município de residência		Município de não-residência		Município de não-residência			
		Absoluto	%	Absoluto	%	RML		Outra Região/UF	
						Absoluto	%	Absoluto	%
Londrina	309.721	301.904	97,5	7.817	2,5	1.345	17,2	6.472	82,8
Cambé	59.458	44.814	75,4	14.644	24,6	13.509	92,2	1.135	7,8
Rolândia	33.963	31.778	93,6	2.185	6,4	1.175	53,8	1.010	46,2
Ibiporã	27.636	22.966	83,1	4.670	16,9	4.098	87,8	572	12,2
Assaí	11.050	10.369	93,8	681	6,2	363	53,3	318	46,7
Sertanópolis	10.441	9.988	95,7	453	4,3	290	64,0	163	36,0
Bela Vista Paraíso	9.881	8.893	90,0	988	10,0	584	59,1	404	40,9
Tamarana	5.857	5.588	95,4	269	4,6	193	71,7	76	28,3
Jataizinho	7.150	5.847	81,8	1.303	18,2	1.213	93,1	90	6,9
Primeiro de Maio	6.846	6.466	94,4	380	5,6	202	53,2	178	46,8
Alvorada do Sul	6.250	5.750	92,0	500	8,0	210	42,0	290	58,0
RML	488.253	454.363	93,1	33.890	6,9	23.182	68,4	10.708	31,6

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000 (Tabulação a partir dos microdados do censo demográfico)

(1) Inclui aqueles que responderam positivamente que trabalham ou estudam, no quesito 4276, do questionário da Amostra do Censo demográfico de 2000

Uma das expectativas do presente trabalho, a ser avaliada em estudos complementares, é que, com o crescimento das atividades econômicas na região metropolitana¹⁵, juntamente com mais de uma década de existência da região metropolitana, mesmo diante dos problemas de gestão e de definição e implementação de políticas metropolitanas, inerentes à grande maioria das regiões metropolitanas brasileiras, os dados censitários de 2010 revelem uma intensificação dos deslocamentos pendulares realizados pela população dos municípios metropolitanos em análise.

Por sua vez, considerando os números referentes à mobilidade pendular – ou seja, a proporção da população que trabalha e estuda em outro município (município de não-residência) – destaca-se que os municípios que apresentaram as maiores proporções de mobilidade pendular (Cambé, Jataizinho, Ibiporã e Bela Vista do Paraíso) já faziam parte da região metropolitana, em 2000¹⁶. Além disso, esses municípios são os mesmos que apresentaram as maiores proporções de movimento pendular entre os municípios da região metropolitana de Londrina.

Os números referentes à pendularidade intra-regional permitem afirmar que, já no final da década de 1990 e início da de 2000, embora envolvendo uma população em torno de 23 mil habitantes, a circulação de pessoas entre os municípios metropolitanos já era significativa o suficiente para justificar a institucionalização da região metropolitana de Londrina, naquele momento.

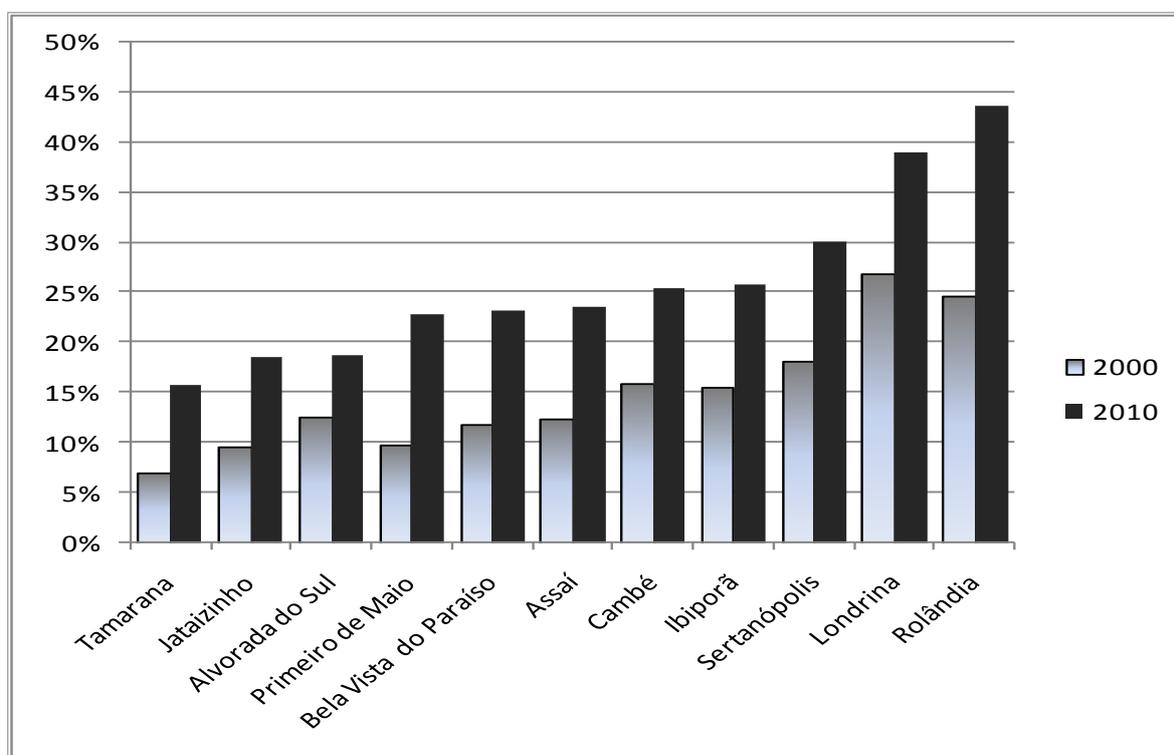
¹⁵Conforme dados constantes no gráfico 2.

¹⁶Além da sede metropolitana, Rolândia e Tamarana também compunham a RML, em 2000. Em 2002, Sertanópolis ingressou na região metropolitana e, 2010, foram incluídos os municípios de Assaí, Alvorada do Sul e Primeiro de Maio.

Uma última informação, utilizada neste trabalho com o objetivo de apontar para uma maior complexidade da dinâmica demográfica, particularmente a que se refere à migração e à mobilidade pendular no espaço metropolitano de Londrina, refere-se à relação entre a informação sobre empregos totais, disponibilizada pela RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, e a informação censitária sobre a população em idade ativa (PIA), no período recente.

Antes de abordarmos os números relativos a esta relação entre empregos e PIA, faz-se necessária uma observação a respeito dos dados utilizados para essa sua elaboração. Nesse sentido, deve-se ter em conta que a informação utilizada – empregos totais (ou postos de trabalho totais) – corresponde ao total de vínculos empregatícios ativos, o que é diferente de número de pessoas empregadas, pois um mesmo indivíduo pode estar ocupando mais de um posto de trabalho na data de referência.

Gráfico 3 - Variação da relação Emprego Total/PIA, Municípios da Região Metropolitana de Londrina – 2000 e 2010



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000 e 2010 (PIA – população em idade ativa, 15 anos ou mais); Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. RAIS, Empregos Totais (Dados disponibilizados no site do IPARDES).

Passando para a apreciação das informações contidas no gráfico 3, a observação mais evidente é de que, no período de 2000 a 2010, todos os municípios da região metropolitana de Londrina registraram um aumento na relação emprego/PIA, o que pode ser considerado como algo positivo, pois quanto maior essa relação, maior será o número de vínculos empregatícios por pessoa em idade ativa.

Considerando, por sua vez, os dados brutos que compõem essa relação, destaca-se que três situações podem contribuir para a evolução dessa relação no tempo: em primeiro lugar, pode ocorrer um crescimento simultâneo no número de

empregos e no número absoluto de população em idade ativa; em segundo lugar, pode ocorrer um crescimento no número de empregos, acompanhado de uma diminuição da PIA; e, em terceiro lugar, uma redução simultânea no número de empregos e no tamanho da PIA também poderia levar a um aumento na relação emprego/PIA.

No caso dos municípios em análise, as duas primeiras situações foram responsáveis pelo crescimento da relação emprego/PIA, entre os anos 2000 e 2010. Assim, dos onze municípios metropolitanos, sete registraram um aumento na relação emprego/PIA em função de um crescimento simultâneo do número de empregos e da população em idade ativa – trata-se dos municípios de Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Alvorada do Sul, Tamarana e Primeiro de Maio.

Nos outros quatro municípios – Assaí, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho e Sertanópolis – a relação emprego/PIA cresceu devido ao aumento no número de emprego acompanhado da redução da população em idade ativa.

Subjacente a esta relação entre criação de novos empregos e a população em idade ativa, entre os anos de 2000 e 2010, encontra-se uma complexidade na interrelação entre os fatores econômicos, sociais e populacionais que, somente com análise complementares, considerando outras informações tanto dos censos demográficos como do Ministério do Trabalho e Emprego, será possível ter um maior conhecimento sobre o tipo de emprego criado, o perfil da população empregada e da não empregada, a dinâmica populacional e a dinâmica migratória de cada município da região metropolitana.

Para os propósitos deste trabalho, o que se pretendeu destacar com o crescimento da relação entre emprego e PIA, entre 2000 e 2010, principalmente o crescimento do emprego total, é o dinamismo econômico da região metropolitana de Londrina, em curso no período recente.

Ou seja, trata-se de um espaço de integração composto por municípios com uma diversidade de características econômicas e populacionais, o qual vem assistindo, nos últimos anos, a um desenvolvimento crescente de suas atividades econômicas, em todos os ramos, com destaque para a importância das atividades primárias neste contexto, assumindo formas distintas em cada município individualmente.

Por conseqüência, esse desenvolvimento econômico recente causa impactos na redistribuição da população regional, influenciando tanto as migrações e os deslocamentos pendulares como a dinâmica demográfica de cada município, os quais aguardam a realização de estudos mais aprofundados para uma melhor compreensão dos processos sociais que lhe dão vida. Trata-se, enfim, de uma região metropolitana diferenciada.

Considerações Finais

Primeiramente, o que se pretende destacar nestas considerações é que se trata de um estudo inicial, através do qual se buscou fornecer um panorama de algumas características populacionais, econômicas e urbanas das regiões metropolitanas paranaenses e, em particular, da região metropolitana de Londrina. Como foi afirmado ao longo do texto, pretende-se realizar estudos complementares sobre esta realidade para aprofundar, principalmente a discussão iniciada aqui.

Embora preliminar, a realização deste estudo permitiu destacar alguns elementos importantes para uma ampliação do debate sobre a questão da institucionalização e gestão metropolitana e para redefinição da própria noção de região metropolitana.

Nesse sentido, destaca-se que o formato “região metropolitana” acaba por se constituir na opção mais racional feita pelos municípios quando buscam uma forma de organização e planejamento regional, uma vez que esse formato apresenta um acúmulo de conhecimento e existência institucional, por um período relativamente longo de tempo, o que não acontece com outras formas de organização municipal prevista, como a aglomeração e a mesorregião.

Por sua vez, a análise das três regiões metropolitanas paranaenses contribuiu para evidenciar que um maior entendimento da realidade metropolitana deve levar em conta as atividades agropecuárias e agroindustriais, e todos os processos demográficos e sociais relacionados a elas. Pensar região metropolitana no Paraná deve levar em conta a ruralidade do estado.

Já na análise da região metropolitana de Londrina, o que se procurou evidenciar é que o dinamismo econômico e o dinamismo populacional, inerentes a uma realidade metropolitana, devem ser pensados em termos de novas escalas espaciais e temporais.

Ou seja, embora a região metropolitana de Londrina não apresente a mesma intensidade de processos econômicos, urbanos e populacionais que os grandes centros urbanos, na década de 1970, ela apresenta uma complexidade de processos relacionados ao seu desenvolvimento econômico, urbano e demográfico, que justifica assumir o status de metropolitano, além de representar uma contribuição importante para o enriquecimento conceitual desse formato de organização territorial

Além disso, o que se procurou destacar é que, se as redes de municípios interioranos apresentam um certo nível de dinamismo econômico e populacional que legitimam a sua organização no formato metropolitano, uma vez instituída uma região metropolitana, ela passa a constituir um fator adicional que influenciará processos econômicos, populacionais e urbano no território a que se refere – e isso deve ser levado em conta na análise dessa realidade metropolitana.

Com isso, pretende-se contribuir para uma ampliação a respeito da institucionalização e gestão metropolitanas e abrir novas frentes para estudos posteriores o tema.

Referências

BALHANA, A.P.; MACHADO, B.P.; WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná**. Curitiba: Paraná Cultural, 1969.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Os vários Paranas: identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídios a políticas de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2006.

_____. **Os vários Paranas: estudos socioeconômico-institucionais como subsídios aos planos de desenvolvimento regional**. Curitiba: IPARDES, 2005.

_____. **Leituras Regionais: Mesorregiões geográficas paranaenses.** Curitiba: IPARDES, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil:** configurações atuais e tendências da rede urbana. IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília: IPEA, 2001.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes:** As migrações que também migram. Belo Horizonte, 2003. 216f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População.** Vol.1, n.1/2, p.99-143, 1984.

MOURA, R.; LIBARDI, D.; BARION, M. I. Institucionalização de Regiões Metropolitanas: qual o sentido? **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n.111, p.129-143, jul/dez. 2006a.

MOURA, R.; LIBARDI, D.; SILVA, S. T.; BARION, M. I. Notas de Pesquisa. Os vários Paranás: diversidade, desigualdade e inserção diferenciada na divisão social do trabalho. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n.111, p.145-150, jul/dez. 2006b.

MOURA, R.; DELGADO, P. R.; DESCHAMPS, M. V.; CARDOSO, N. A. Brasil metropolitano: uma configuração heterogênea. **Revista Paranaense de Desenvolvimento,** Curitiba, n.105, p.33-56, jul/dez. 2003.

SIQUEIRA, C. G. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000). **Textos NEPO 59,** Campinas, 2009.